



Anais da Assembléia

Nº 137

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 11 DE NOVEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Osmário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 106.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Carlos Simões, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (42). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Algaci Túlio, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Emilia Belinati, João Preis, José Arthur Ritti, Lourenço Fregonese, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Martins e Nilton Servo (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2563

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUEREM regime de urgência para votação do Projeto de Lei nº 390/94, supra marginado, que altera dispositivos da Lei nº 8.933/89, instituidora do ICMS, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(aa) ELIO LINO RUSCH

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 2569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 382/94, Mens. nº 145/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o aumento do funcionalismo público a partir de 01.12.94.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2572

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER reinclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 337/94, oriundo da Mensagem nº 114/94, do Poder Executivo, que visa dar nova redação aos dispositivos das Leis nºs 6774 de 08.01.86 e nº 7047 de 21.11.78 com suas posteriores alterações conforme especifica.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo Artigo 35 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição de Comissão Especial, para discutir sobre o Projeto de Resolução nº 023/94, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre aprovação da construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 2570

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Padre Pedro Guerra, mais conhecido como Padre Guerra.

O Padre Guerra dedicou a maior parte de sua vida ao sacerdócio. Ao longo dos anos passou por várias paróquias levando até os católicos a palavra de Deus.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Seminário São José, à Avenida Gal. Carlos Cavalcanti, s/nº, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2571

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Walter Expedito Montes, ocorrido dia 15 de novembro.

Pessoa religiosa, de muitas amizades, ligada ao ramo comercial, que com seu passamento deixou amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada à família enlutada, à Rua XV de Novembro, 54, n/Capital.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2568

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva da Assembléia, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações com a Câmara Municipal de Piraquara pelo sucesso alcançado com a realização, no último dia 19, da "I Conferência Municipal de Segurança", ocasião em que foram debatidos os muitos problemas de segurança que afligem aquele município.

Na ocasião foi dada posse ao novo Conselho Comunitário de Segurança, que tem como Presidente o Profº Sergio Augusto Vechione Xisto, vice-Presidente Izak Agnaldo Machado, Secretários Nelson da Silva Maia e Valter de Oliveira e Tesoureiros: Nagib Riechi e Jairo Teodoro.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Sr. Vereador Eliseu Salgueiro Meira, Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, e ao Sr. Sergio Augusto Xisto, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Piraquara.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando dos poderes que lhe conferem o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, um voto de louvor, para a Diretoria da APASDE - Associação Paranaense de Senhoras dos Deputados, pela feliz iniciativa de realizar a "I Exposição de Produtos Artesanais" confeccionados por funcionários da Assembléia Legislativa, cuja realização está sendo revestida do mais amplo sucesso.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O voto de louvor, se justifica no momento em que se pretendeu realizar esta Exposição Artesanal, pois os produtos ali expostos têm sido de mais alta qualidade e beleza, e a sua comercialização tem surpreendido até os próprios expositores.

Esta mostra apresenta o alto espírito de criatividade dos funcionários desta Assembléia, e, gerou uma grande alegria entre eles, numa demonstração de que a iniciativa deverá ser repetida mais vezes para aumentar, não só o número de "Artistas Prata da Casa", como também a possibilidade de os mesmos comercializarem os seus produtos, aumentando o seu rendimento familiar.

REQUERIMENTO Nº 2578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, depois de ouvir o soberano Plenário, a consagração, nos anais deste Poder, de voto de louvor, à Jornalista Juril de Plácido e Silva Carnasciali.

Requer ainda que seja dada ciência à homenagem.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Jornalista Juril de Plácido e Silva Carnasciali, completou 45 anos ininterruptos de crônicas e avançado jornalismo em nosso Estado, promovendo campanhas beneméritas e ilustrando a cultura de nosso povo.

Pelo dinamismo e habilidade de suas publicações, pelos eventos que promove e pelo desassombro de seu jornalismo, hoje D. Juril faz parte integrante da vida paranaense.

REQUERIMENTO Nº 2582

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, seja consignado na Ata dos traba-

hoje voto de louvor pelo Centenário de Nascimento do Cel. Elísio da Costa Marques e, desse fato, se dá conhecimento ao seu filho Dr. Elísio Eduardo Marques, residente à Avenida Paraná, 642, Ap. 82, Bloco B, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 05 de dezembro a Câmara Municipal de Curitiba presta homenagem especial à memória do Cel. Elísio da Costa Marques.

Por esse fato e porque no dia 02 de dezembro próximo completam-se na história 100 anos de seu nascimento, é que desejamos inscrito nos Anais desta Casa de Leis, tal efeméride.

Nascido em Olinda, Pernambuco, em 02 de dezembro de 1894, Elísio da Costa Marques, filho de Manuel Marques e Maria Antonia da Costa, veio ao Paraná em 1912, sentando praça na Polícia Militar Estadual, então Regimento de Segurança.

Serviu à Corporação e ao povo paranaense, como miliciano, por cinquenta anos, participando da Guerra do Contestado, do Ciclo Tenentista, da Revolução de 30 e da Campanha de 1932. Passou à Reserva Remunerada da PMPR em 1959, como Coronel.

Uniu-se, por laços matrimoniais, às Famílias Andreatta (Maria Graciosa, primeira esposa) e Anna Franco Cordeiro, de tradição lapeana, segunda esposa.

Faleceu em Curitiba-PR, em 11 de abril de 1972.

Foi Delegado de Polícia comissionado em mais de vinte municípios do Paraná em expansão. Chefiou a Guarda Civil de Curitiba, foi Assessor Militar da Chefatura de Polícia (antiga denominação da Secretaria de Segurança Pública) e foi Diretor dos Estabelecimentos Penais (Prisão Provisória do Ahú e Colônia Penal Agrícola Manoel Ribas).

Na tropa, seus mais importantes comandos foram os do Esquadrão de Cavalaria (atual Regimento Coronel Dulcídio), Batalhão de Guardas - Primeiro Comandante (atual 12.^a BPM) e do Centro de Preparação Militar (atual Academia Policial Militar do Guatupê).

Serviu na Casa Militar no Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, o Governador do Centenário.

Exerceu intensa liderança comunitária tendo perfeita integração com imigrantes e descendentes de todas as etnias, tendo sido dirigente do Britânia Esporte Clube e Diretor da Vila Hípica do Jôquei Clube Paranaense.

São essas as considerações tecidas acerca de sua vida paranaense que desejamos ver transcrita nos Anais desta Assembléia Legislativa.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreva, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja concedido voto de louvor ao Sr. Antonio Cabral Molinari, pelo recebimento do Título de Cidadão Honorário de Rebouças.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2566

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido do douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Município de Campina Grande do Sul, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público no bairro Jardim Jacob Ceccon, nas proximidades da Rua 8.

Afirmam eles que há alguns aparelhos nas redondezas, porém estão instalados dentro de mercearias, mercados e postos de saúde, mas como estes estabelecimentos fecham a partir de 21 horas, a população não dispõe desse benefício.

Outro problema é que se alguém precisar telefonar para Curitiba ou outro município, tem que se deslocar 5 Km, tendo em vista que os aparelhos lá existentes só fazem ligações locais.

Pedem os moradores que o pedido seja solucionado o mais breve possível, pois toda a população vem sendo prejudicada em decorrência dos fatos expostos.

Sala das Sessões, em 23.11.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2567

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário dos Transportes, Senhor Roberto Lobo Blasi, solicitando a recuperação e sinalização da Rodovia do Café, trecho entre Ponta Grossa e Curitiba.

Vários pontos da Rodovia do Café encontram-se danificados, os acostamentos precisam ser recuperados, bem como os muros de pontes reconstruídos.

As faixas de sinalização estão apagadas e muitas placas de sinalização não existem mais, dificultando assim a vida de quem por ali transita.

Esta medida é urgente e necessária para garantirmos a segurança dos usuários que por esta rodovia transitam.

Sala das Sessões, em 23.11.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário dos Transportes, Senhor Roberto Lobo Blasi, solicitando o início da duplicação da PR-151, ou seja, de Pirai do Sul a Castro, como também a construção da rotatória no trecho da PR-151 com a estrada do Bairro N. S. das Brotas.

As medidas acima solicitadas são de interesse geral da população paranaense, pois o tráfego de veículos na referida PR é muito intenso, o que revela a necessidade de sua duplicação, bem como a construção de uma trincheira, túnel, viaduto ou passarela, no local supra citado, onde muitas pessoas são atropeladas pelo fato de terem de cruzar o asfalto, dividindo o espaço com os veículos.

Sala das Sessões, em 23.11.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 2575

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de abrir uma valeta na Rua São Pedro, no Bairro Alto da Cruz III, tendo em vista que quando chove, a água entra na residência da moradora na Travessa Suécia, nº 71, e sendo aberta a referida valeta, a água escoará por ela e o problema será sanado.

Sala das Sessões, em 23.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2576

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder a abertura de valetas e colocar manilhas nas mesmas, na Rua Carlos Luis Walter, em frente ao nº 16 - Jardim Guaíra.

O pedido está sendo feito pela moradora desse endereço, tendo em vista que a valeta que há neste local está completamente entupida, o esgoto corre no meio da rua, causando um mau cheiro insuportável.

Pede-se que a solicitação seja atendida o mais breve possível, uma vez que todos os moradores estão propensos a doenças que o problema exposto pode causar.

Sala das Sessões, em 23.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2579

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul, no sentido de atender o pedido feito pelos alunos do Colégio Ivan Ferreira do Amaral Filho, localizado no Jardim Paulista e que residem no Jardim Jacob Ceccon, os quais solicitam que essa municipalidade implante uma linha de ônibus que faça o trajeto do colégio até o citado bairro, principalmente à noite.

Ocorre que o trajeto é muito longo e também sem iluminação, trazendo vários riscos de assaltos e outros perigos, motivo este que originou o presente pedido. As meninas, para não se arriscarem, saem do colégio às 22h15min e esperam um único ônibus até às 22h50min, o qual vem do colégio de Campina Grande do Sul.

O pedido já foi feito à Prefeitura, porém alegam que não há condições de resolver o problema, mesmo assim eles pedem que o problema seja analisado com cuidado e atendido visando o benefício que trará a todos.

Sala das Sessões, em 23.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2580

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campina Grande Sul, no sentido de proceder a troca de lâmpadas na Rua 8, no Jardim Ceccon, as quais estão queimadas, deixando uma quadra inteira sem iluminação. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que já procuraram a COPEL e a Sub-Prefeitura do Jardim Paulista, porém só receberam promessas de que efetuariam a troca dessas lâmpadas, mas até a presente data nada fizeram. A falta de iluminação está atraindo desocupados que já tentaram arrombar as casas; ficam amedrontando principalmente os jovens que estudam à noite, deixando toda a população muito apreensiva.

Diante do exposto, porém, a taxa de iluminação pública é cobrada mensalmente, o que certamente é injusto.

Pedem providências urgentes, antes que algum acontecimento mais grave venha ocorrer.

Sala das Sessões, em 23.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2581

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER o envio de expediente aos líderes partidários no Congresso Nacional e ao Deputado Federal José Mendonça, apoiando e solicitando a urgente tramitação ao Projeto de Lei nº 1897-B/91, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de músico.

Sala das Sessões, em 23.11.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Em 1960 foi promulgada a Lei nº 3.857/60, que institui a Ordem dos Músicos do Brasil.

Naquela ocasião os meios de comunicação estavam "engatinhando" (tanto o rádio como a televisão). Passados mais de três décadas é necessário que a mesma seja revista, pois não só houve avanço tecnológico na área de comunicação como a realidade econômica e social do País é outra.

Em favor da democracia é necessário uma nova postura legal, onde os verdadeiros interessados - os músicos - participem da gestão e solução dos problemas.

Cabe a todos os cidadãos brasileiros, que não vivem sem música, colocarem-se ao lado dos músicos que são explorados, espoliados e muitas vezes oprimidos ou esquecidos dos meios de comunicação de massa e da indústria fonográfica.

Hoje, Dia Nacional do Músico, cabe-nos solicitar a aprovação deste requerimento; pois, tal projeto já tem o parecer favorável das comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

REQUERIMENTO Nº 2564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, informação junto ao Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, solicitando um parecer da mesma, sobre o possível interesse nos recursos hídricos na Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, até o dia 28/11/94, segunda-feira, onde o projeto de lei em discussão será votado.

Sala das Sessões, em 23.11.94.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 2577

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Tibúrcio, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, solicitando as seguintes informações:

1. O Edital de Tomada de Preços nº 16/93 - pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER -

Curitiba, quarta, em 23.11.94

foi anulado pelo Tribunal de Contas do Estado. Assim sendo, foi feita nova licitação?

2. Se sim, quantas e quais empresas participaram?

3. Qual foi a vencedora?

4. Qual foi o benefício financeiro para o erário público em relação à licitação anterior?

5. Solicito cópia do contrato assinado entre a EMATER e a empresa vencedora, bem como, cópia dos adendos, se houverem.

Sala das Sessões, 23.11.94.

(a) DR. ROSINHA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 393/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública, o Centro de Atendimento Comunitário "São Jorge" - CEACOM, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.94.

(a) ANIBAL KHURY

PROJETO DE LEI Nº 394/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar através da Secretaria de Estado da Educação um Núcleo Regional de Educação, na sede do Município de Arapongas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.11.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamento: Heinz Herwig, Rossoni, Luiz Carlos Zuk, Paulo Maia e Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

É necessidade a criação de um Núcleo Regional de Educação na sede do Município de Arapongas.

Por existir ali a única Inspeção de Ensino, chamada porém de escritório de extensão do Núcleo de Apucarana, os interesses educacionais de Arapongas se submetem àqueles que importam mais à Regional de Apucarana.

As escolas estão quase desassistidas. Tudo o que um diretor ou professor ou pai de aluno necessita, deve deslocar-se à Apucarana.

Estas dificuldades geram deslocamentos, perda de horas-aula, de combustível

de transporte, etc....

Ora, se o Governo do Estado dispende verbas com locação de imóveis, combustível para deslocamentos, horas/padrão, etc..., para minimizar as questões educacionais da época, por que não encarar a realidade e criar um novo núcleo? Os custos, certamente serão reduzidos!

Para sanar essa anomalia, a criação do Núcleo Regional de Educação na sede do Município de Arapongas, se impõe abrangendo, os Municípios de Cafeara, Centenário do Sul, Guaraci, Jaguapitã, Lupionópolis, Mirassol, Pitangueiras, Astorga, Rolândia, Florestópolis e Sabáudia.

É o que se pretende com esta lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Dr. Rosinha no Horário da Liderança do PT.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. No último dia dez de novembro, o Governo Federal tinha assinado um acordo com os petroleiros que trabalhavam, que são funcionários da estatal brasileira a Petrobrás. Neste acordo previa que os petroleiros receberiam dois salários adicionais em dezembro e janeiro a título de reposição das perdas salariais provocadas pelo Plano Bresser. Perdas estas que já têm jurisprudência em outras categorias a nível nacional que já têm ganho na Justiça. Não somente estas perdas, mas, ao longo da história recente do nosso país, toda classe trabalhadora sofreu perdas salariais através dos vários pacotes econômicos baixados pelo Governo Central.

Foram perdas no Plano Bresser, no Plano Verão, no Plano Cruzado e inclusive no último Plano. No chamado Plano Real. E sempre que os trabalhadores perdem fazem seus movimentos reivindicativos e reivindicatórios, exigindo seus direitos: ou através de ações judiciais ou através de paralisações ou ações de protesto. Assim têm agido os trabalhadores brasileiros e também os da Petrobrás. Mas havia esse acordo assinado e as lideranças sindicais dos petroleiros com toda disposição de cumpri-lo. Este acordo ainda previa que o 13º Salário seria corrigido pela URV de junho e também ia ter uma pequena reposição das perdas salariais.

Queremos lembrar que os petroleiros fizeram greve no mês de setembro deste ano.

E numa negociação do Vicentinho, Presidente da CUT com o Presidente Itamar, selou-se um acordo fazendo com que aquela greve terminasse e os trabalhadores voltassem à produção. Mas, naquele momento,

não ficou encerrada a negociação entre os petroleiros e a Petrobrás.

Aliás, aquele acordo dizia que tal negociação continuaria como continuou e, no último dia dez, foi selado o acordo.

A posteriori, o governo veio a público dizer que não concordava e rasgou aquele acordo.

E agora, a nível nacional, novamente a categoria dos petroleiros se movimenta reivindicando que o acordo seja cumprido e ameaçam com paralisações a nível nacional. Os petroleiros demonstraram a vontade de negociação. A responsabilidade agora, de qualquer paralisação que venha existir, é, única e exclusivamente, do Governo Itamar, do Governo Central.

Que, com acordo selado estava sendo cumprido e o Governo é quem recua. E ontem, de acordo com informações veiculadas na imprensa, o Ministro do Trabalho, o Senhor Marcelo Pimentel, ameaça com intervenção do Exército na Petrobrás.

Parece que vai querer virar moda intervenção do Exército para o combate ao crime comum, intervenção do Exército para o combate à luta dos trabalhadores.

Nós somos contra a essa intervenção do Exército na greve ou na paralisação dos petroleiros, até porque será usado para reprimir e não para produzir uma vez que o Exército não tem capacidade técnica para fazer qualquer dessas empresas da Petrobrás, desses refinadores, volte a funcionar.

O uso do Exército seria uma afronta à sociedade civil organizada, seria uma afronta à democracia do nosso país, será uma afronta a todos aqueles que anos a fio lutaram contra a ditadura militar e pelo uso das tropas militares durante o período dessa ditadura. Agora o Senhor Marcelo ameaça.

Queremos dizer a ele que soluções de problemas sociais são feitas, são encontradas em acordos que atendam as necessidades sociais e não pela opressão.

Parece que o Senhor Marcelo Pimentel não aprendeu que durante o período da ditadura ao contrário de resolver, os problemas sociais agravaram-se em nosso país.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Dando continuidade ao Horário das Lideranças: PDT, PMDB, PSDB, PL, PFL, PP, Liderança do Governo.

Todos Declinaram.

PTB com a palavra. Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o uso da tribuna para simplesmente, novamente reiterar a cobrança que fizemos há mais ou menos vin-

te ou trinta dias atrás com relação as contas do governo relativas ao exercício de 1992.

Essas contas ainda não foram aprovadas porque esperam o parecer da Comissão de Tomada de Contas, em virtude de um parecer em separado, um voto em separado que esse Deputado que vos fala exarou e que deixou em pendência naquela Comissão para que o Tribunal de Contas respondesse uma série de quesitos que colocam em dúvida as contas do Governo Roberto Requião.

Uma verdadeira barbaridade o que o Tribunal de Contas remeteu a esta Assembléia sugerindo que esta Casa aprovasse as contas do denunciado em falcaturas, o ex-Governador Roberto Requião.

Até agora não obtivemos resposta do Tribunal de Contas, cobramos desta Casa, anexamos a um ofício remetido ao Tribunal um requerimento aprovado pela Casa que pelas minhas deduções deveriam ter chegado ao Tribunal de Contas, mas o Tribunal de Contas faz vistas grossas e não responde àqueles questionamentos formulados por mim, baseados nas irregularidades enormes das contas de 1992 do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Uma vergonha porque o Tribunal de Contas exige das prefeituras seriedade nas suas prestações e quando o Governo remete suas contas totalmente irregulares a esta Assembléia Legislativa, apesar de todas as irregularidades sugere que a Assembléia aprove as contas do Governo.

Solicito mais uma vez que a Casa, através da Mesa, reitere aquilo que já requeremos por documento neste Plenário e que foi remetido ao Tribunal de Contas. que foi remetido ao Tribunal de Contas.

E gostaria Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Mesa remetesse ao Tribunal de Contas um ofício reiterando o meu pedido particular e o pedido da Casa.

Não é possível que o Tribunal de Contas ignore tamanha falta de responsabilidade do governo, ignore acima de tudo, ordens superiores que partem desta Assembléia Legislativa.

Portanto, é até com constrangimento que uso da tribuna para fazer esse apelo e reiterar para que o Tribunal de Contas responda aos quesitos contidos no meu requerimento e no meu voto em separado que foi aprovado pela Comissão de Tomada de Contas de vinte páginas esse questionamento.

Fico constrangido, Senhor Presidente em estar pela terceira vez reiterando ao Tribunal de Contas respostas a indagações e a requerimento desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encerrado o horário das Lideranças queremos registrar a presença do Vereador Fausto

Pinheiro Beltrão a pedido do Deputado Nelson; e a pedido do Deputado Alborghetti, os Vereadores de Sertãoópolis, Silvio, Ailton Luiz Carlos, Diogo, Maurício, Moacir e Nivaldo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/94, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luiz Henrique Bona Turra, estatui a utilização referencial obrigatória pelos Poderes Públicos do Estado do Paraná, no setor de obras públicas, do estudo intitulado Metodologia de Pesquisas de Preços e Orçamento para a Construção Civil e Diretrizes de Gerenciamento Técnico-Financeiro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 152/94, de autoria da Deputada Emilia Belinati, torna obrigatória a vacinação contra a rubéola para ingresso de crianças em creche e 1º grau, adolescentes e adultos no 2º e 3º graus, bem como para mulheres de 12 a 40 anos, para ingresso em trabalho onde haja contato direto com criança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.E.C.E. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 171/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, define a caracterização, implantação e manutenção dos Marcos Divisivos Intermunicipais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C. **Aprovado, artigo por ar-**

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 325/94, de autoria do Deputado Djalma de A. César, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraí do Sul, o Imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T. -EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE LEI N° 325/94

P A R E C E R:

Analisando a Emenda Aditiva ao Projeto de Lei de n° 325/94, de autoria do nobre Parlamentar Djalma de Almeida César, a mesma está em perfeitas condições de ser apreciada pelo douto e soberano Plenário.

Nada havendo que possa impedir sua normal tramitação regimental, recebe desta Comissão de Constituição e Justiça o Parecer Favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator.

Apoiamento: Júlio Bifon, Nilton Barbosa, João Iensen, Toti Colaço, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Ernani Pudell, Paulo Maia, Alceu Swarowski e Nelson Garcia.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda: Aprovada.

ITEM 05

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 354/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 122/94 que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita à União dos Escoteiros do Brasil o imóvel conforme especifica da Planta Fazenda Boqueirão, nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

ITEM 06

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 028/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça - Mensagem n° 098/94, que autoriza o Poder Executivo alienar a Josa-fat Forquevicz, o imóvel situado na Colônia Boa Ventura no Município de Pitanga. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 228/94, de autoria do Deputado Duílio Ge-

nari, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. José Neves Formighieri. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 272/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 077/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Ministério Público do Estado, o imóvel situado nesta Capital, no Bairro Mercês, de propriedade do atual Instituto Ambiental do Paraná - IAP. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 94 de 08.08.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 272/94

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 272/94, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem de Lei n° 077/94, autoriza a cessão, em caráter de utilização gratuita, ao Ministério Público do Estado, o imóvel situado nesta Capital, no Bairro Mercês, de propriedade do atual Instituto Ambiental do Paraná.

Visto estarem sendo cumpridos os dispositivos legais, constitucionais e regimentais, essa comissão emite parecer Favorável à presente proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 272/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, chega a esta Comissão o projeto de lei supra marginado, oriundo da Mensagem n° 077/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Ministério Público do Estado, para utilização gratuita, o imóvel situado nesta Capital, a rua Desembargador Motta - Bairro Mercês, de propriedade do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Tendo sido submetido à análise da dou-ta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o presente projeto não apresenta qualquer óbice, visto estarem sendo cumpridos todos os dispositivos legais.

Nestas condições, opinamos Favoravelmente ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.11.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Ex-Moradores do Vale do Ivaí - AEMVI. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 100 de 22.08.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 302/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos ex-Moradores do Vale do Ivaí - AEMVI, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Analisando sob o prisma constitucional, legal e regimental, observou-se que apesar dos bons propósitos e das atividades serem de grande alcance social, a proposta não se encontra devidamente instruída, necessitando complementação como: xerox do CGC da Entidade, Termo Declaratório que membros da Diretoria não são remunerados.

Portanto somos de parecer contrário à sua aprovação, sugerindo diligência ao nobre proponente para complementação de documentos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 335/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar nas Escolas da Rede Pública o Gabinete de Orientação Vocacional. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C e C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 118 de 10.10.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 335/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei nº 335/94, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar nas escolas da Rede Pública o Gabinete de Orientação Vocacional.

Da análise do referido projeto, por tratar-se de medida meramente autorizatória, opinamos nosso parecer favoravelmente.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 335/94

P A R E C E R:

Curitiba, quarta, em 23.11.94

De autoria do Deputado Anibal Khury, chega a esta Comissão o projeto de lei supra marginado, que autoriza o Poder Executivo a criar nas escolas da rede pública o Gabinete de Orientação Vocacional.

Tendo sido submetido à análise da dou- ta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, não apresenta qualquer óbice, visto atender todos os requisitos legais.

Nestas condições, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 31.10.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 335/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar nas escolas públicas um Gabinete de Orientação Vocacional.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Obras Públicas, ao analisarem a proposição, deram pareceres favoráveis, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esportes temos que elogiar a iniciativa do nobre Deputado Anibal Khury, que procura com o projeto viabilizar que os alunos da rede pública estadual possam escolher uma profissão de acordo com suas habilidades.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.11.94..

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente
JÚLIO BIFON - Relator

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 116/94, que objetiva criar, na parte permanente do quadro geral do Poder Executivo, cargos de provimento efetivo, para serem utilizados pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, com vistas a suprir necessidades emergências de pessoal em sua sede e nas Faculdades de Guarapuava e Irati. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 120, de 18.10.94, Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 345/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo criar cargos de provimento efetivo no Quadro Permanente do Poder Executivo, para serem utilizados pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 345/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, que objetiva criar na Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, cargos de provimento efetivo para serem utilizados pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO.

Já tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, a proposição em tela merece o apoio, pois irá proporcionar condições no sentido de dotar a Universidade Estadual do Centro Oeste de recursos humanos necessários para o desempenho de suas atividades.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.11.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

JÚLIO BIFON - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Sobre a Mesa, Requerimento de nº 2574, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2583, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2566, 2575, 2576, 2579 e 2580, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 2577 e 2581, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2578, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2582, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2568, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legis-

lativa.

Requerimentos de nºs 2567, 2570, 2571 e 2573, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2569, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2572, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2562, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- **Em votação.** A Mesa deixa de receber por estar incompleto. Devolvemos para que complete o requerimento.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, gostaria de saber o que falta no requerimento para ser aceito pela Mesa, desde que o Presidente da sessão de ontem concordou na oportunidade que aceitaria o requerimento por inscrito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - V.Exa. tem que colocar o prazo e o número de membros da Comissão.

O SR. NEIVO BERARDIN - Acho que não é tão fácil, solicito que V.Exa. acate o requerimento ainda nesta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**) - Requerimento de nº 2563, de autoria dos Senhores Deputados Élio Rusch, Rossoni e Cezar Silvestri, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2564, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2565, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 2509, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior.- **Aprovado.**

O SR. MÁRIO BEZERRA (**Pela Ordem**) - Senhor Presidente, continuo a insistir na formalização das duas CPI's, que foram aprovadas, que já foram inclusive publicadas em Diário, se não me engano dia 14. São sete membros os componentes dessas duas Comissões. O PMDB tem duas vagas, os outros Partidos já indicaram seus nomes, dos sete temos cinco indicados pelas lideranças partidárias.

Senhor Presidente, nós estamos em cima da hora, encerrando o mandato no dia 15 de dezembro. Faço um apelo a Vossa Excelência que V.Exa. ajude a viabilizar a publicação

desta matéria no Diário da Casa, para que o PMDB indique seus nomes. Amanhã completará dez dias da publicação no Diário da Assembleia. Não é possível que a sociedade paranaense, que o povo do Paraná deixe ao menos de tomar conhecimento de irregularidades cometidas por este Governo, que se consagrou como o que mais camuflou corrupção na História do Paraná.

Não é possível que tenhamos impedido nosso trabalho de buscar a verdade junto aos órgãos deste Governo.

Faço um apelo a V. Exa., se caso o PMDB que eu tanto respeito como Partido governista não indicar seus nomes, que a Comissão trabalhe com cinco membros, Senhor Presidente. Não é possível que contribuamos para que a ignorância, por parte do povo do Paraná prevaleça, no sentido de não conhecer os fatos, os descabimentos que este Governo promoveu.

Peço a V. Exa., até imploro a V. Exa., designe os dois, ou indique os dois Deputados do PMDB, porque já não estou acreditando mais que o PMDB indique os dois nomes. Ficaria imensamente satisfeito em nome da moralidade, em nome da seriedade dessa Assembleia Legislativa, que infelizmente durante quase quatro anos esteve sob jugo do Governo do Estado, camuflando e contribuindo para se camuflar uma série de irregularidades administrativas que é o desvio do dinheiro público. Não é possível que nós, 54 Deputados fiquemos sob o jugo de dois personagens nessa Comissão, nessa CPI, nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Rogo a V. Exa. que se até hoje à tarde não se indicar os dois nomes do PMDB, que a Presidência da Casa, obedecendo o que reza o Regimento Interno, indique os dois nomes ignorando o que a Liderança do PMDB deveria fazer de acordo com as nossas leis.

Não é possível que acabemos a nossa gestão e fiquemos sob o estado ridículo perante a imprensa, de termos iniciado um

processo nesta Assembleia e por culpa do Partido Governista, ficarmos fazendo o papel de bobo da corte na Assembleia Legislativa do Paraná.

Fico revoltado com isso, Senhor Presidente, porque no apagar das luzes, o meu trabalho, que foi um trabalho de investigações deste Governo, não consegui realizar nenhum.

Eu, realmente, faço um apelo a V. Exa. e ao meu nobre companheiro Deputado Anibal Khury, um dos homens mais respeitados da história desse Paraná, me ajudem a montar essa CPI, me ajudem até ignorar determinados argumentos que o Regimento Interno prescreve para que nós possamos levar adiante, e em dez ou quinze dias contribuir para com a moralidade desse Estado do Paraná que anda avacalhada com o Governo do PMDB, do ex-Governador Roberto Requião, taxado de o maior protetor de corruptos da história desse Estado.

Não quero sair da Assembleia Legislativa como o Deputado que acobertou irregularidades e roubalheiras.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Nós vamos reiterar à Liderança do PMDB nesta Casa para que faça a indicação dos dois nomes para que se possa completar os membros desta Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24, às nove horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/94.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 272, 302, 335, 337 e 345/94.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 1994.

"COMISSÃO APONTA ROBERTO REQUIÃO COMO O ÚNICO BENEFICIÁRIO EM DESVIO DE DINHEIRO"

Indústria & Comércio.

Envio de correspondências irregulares custou R\$ 450 mil aos cofres Públicos

"O único beneficiado, com os frutos advindos das ações irregulares, desenvolvidas pela Casa Civil, foi o então governador, sr. Roberto Requião de Mello e Silva". Essa é a principal conclusão da comissão de sindicância que investigou irregularidades na Subchefia de Assuntos Especiais da Casa Civil, durante o período de 1991 a 1994. De acordo com a comissão, um esquema de diárias de viagem falsas, a partir de 1991, foi montado com conhecimento do ex-governador para pagar despesas com postagem de material de publicidade, beneficiando-o eleitoralmente. A comissão estima em R\$ 450 mil o volume de dinheiro gasto, mas ressalta que esse valor é resultado apenas de uma amostragem. "Ficou comprovado o envio de pelo menos 460 mil correspondências", afirmou o presidente da comissão, o advogado Suez Nogueira, na divulgação do relatório final na manhã de ontem.

Segundo o secretário-chefe da Casa Civil, Luiz Gastão Franco de Carvalho, o caso será objeto de uma Comissão de Processo Administrativo Disciplinar a ser instalada pelo governo do Estado, para tratar dos funcionários públicos. Serão enviadas também cópias de documentos originais da sindicância para o Ministério Público, "a fim de que as responsabilidades civis e criminais dos envolvidos, não funcionários, sejam apuradas".

A partir de 37 depoimentos, a comissão concluiu pela existência de irregularidades, realizando o que determina o Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, presumindo a autoria das irregularidades. No caso de

correspondências descaracterizadas, estão arrolados os nomes do ex-governador Roberto Requião, de Mauro Rocha (ex-diretor-geral da Casa Civil), Cláudio Ribeiro (ex-chefe da SAE), Wantuil Borges (ex-chefe da Casa Militar), além dos assessores da governadoria José Antonio Fonseca, Dóctico Santos (secretário-geral do PMDB), Elerian Zanetti, José Scarpellini, Célia Baron, Ilma Maria Machado e o advogado Acir Mezzadri. Quanto às diárias e passagens, a comissão aponta como "autores" Mauro Rocha, Clau-

dio Ribeiro, Caio Quintana (ex-secretário-chefe da Casa Civil), José Antonio Fonseca, Dóctico Santos, Elerian Zanetti, José Scarpellini, Célia Baron, Acir Mezzadri, Germinal Poci e Ilma Maria Machado.

Em função das denúncias, a comissão concluiu que o ex-governador é o único beneficiado, "de vez que seria a única figura dentro da organização do Estado a determinar ordens de serviços, sem que pudesse sua execução ser obstada por qualquer outra pessoa".



O secretário-chefe da Casa Civil, Luiz Gastão Franco de Carvalho, e os membros da comissão de sindicância, na divulgação do relatório de irregularidades.



Dóctico Santos



Acir



Acir



Dóctico Santos

que os valores auferidos irregularmente se destinavam ao pagamento de compra e venda de selos, e que os funcionários da SAE assinavam diárias irregulares e que o dinheiro era entregue para o Sr. CLAUDIO RIBEIRO; que espantou várias vezes seu nome para a aquisição de passagens e recebimento de diárias, sem nada receber, pois não viajou; que, quando o Sr. CLAUDIO RIBEIRO cobrava o andamento das postagens, utilizava-se constantemente do nome do então Governador para pressionar os funcionários.

02.5. SAOUEL SANTOS: Auxiliar Administrativo da SAE, desde 1.977. Em síntese disse que tem conhecimento de existência naquela setor de um esquema de trabalho, a sendo do Sr. CLAUDIO RIBEIRO, visando o encaminhamento de correspondências extra-oficiais, para todo o Brasil, tratando de matéria de auto-proteção do ex-Governador ROBERTO REQUIAO; que, tal trabalho tinha a coordenação direta das secretarias do então Governador, e que os trabalhos consistiam na doação de envelopes, etiquetagem, selagem e remessa propriamente dita das correspondências; que estas eram colocadas em envelopes sem timbre e, normalmente, sem a indicação do remetente ou com remetente falso; que, praticamente, todos os funcionários participavam de tal tipo de trabalho e que ele, participou do trabalho "UMA PORRADA DE VERES" que disse ter acompanhado ARI FERRARI CELLA na entrega da correspondência, diretamente no correio que mencionou, ainda, a entrega, por parte da IMPRENSA OFICIAL de 75.000 (setenta e cinco mil) exemplares de jornal, que tratava de matéria de promoção do então Governador; que as etiquetas para a remessa de correspondência eram feitas por ele via CELEPAR, usando sua chave de acesso, isso a nível regional e quando a nível Nacional, eram solicitadas à Assessoria de Informática, por se tratar de volume maior, eram executadas também pela CELEPAR, utilizando-se de chave de acesso da ASI; que viu a realização de trabalhos em ante-sala do Sr. Governador, realizado por policiais militares, fardados e a paisagem que a cobrança e respeito dos trabalhos era feita enfaticamente pelo Sr. CLAUDIO RIBEIRO, inclusive com a utilização de palavras de baixo calão, sempre demonstrando estar falando em nome do então Governador; que tem ciência de que o dinheiro proveniente das diárias irregulares foi utilizado para a compra de envelopes, descharacterizados e compra de selos; que espantou seu nome para a liberação de diárias irregulares, bem como passagens, dizendo que nunca viajou ou recebeu qualquer diário, ainda, que ALVARO KLEBER tinha conhecimento de todos esses fatos; que, conforme relatou, somente emitia etiquetas até um número de 1.000 (mil), a partir de 55.000 (cinquenta e cinco mil), nível nacional, eram confeccionadas pela Assessoria de Informática; falou, finalmente, a respeito de etiquetas emitidas pelo D.A.M./PA, no seu entender de maneira irregular.

02.6. SANDRA MARQUES PRADO: Assistente Administrativa da SAE, em síntese disse que confirma, basicamente, todos os depoimentos até então prestados, relativamente ao esquema das correspondências e diárias irregulares, acrescentando que somente assinou quatro diárias, as quais, efetivamente, utilizou, a trabalho, sendo que as demais, não foram por ela assinadas; que tem conhecimento de que colegas seus, ROSITA e MARCIA JURENO assinaram, na sua frente, diárias irregulares para CLAUDIO RIBEIRO, no ano de 1.992 até o final de 1.993; disse que ela (depoente) e LUCIANA ANTONADE, em 1.992, procuraram a então Chefe do setor, Sr. MARCIA RIBEIRO (esposa de CLAUDIO RIBEIRO), no seu escritório político, falando sobre um possível desvio de verbas, sem que a atividade fosse lícita; que ROSITA JURENO teve o mesmo procedimento, sem conseguir êxito; que participou da selagem e etiquetagem das correspondências; que CLAUDIO RIBEIRO, sempre cobrava enfaticamente a realização dos trabalhos; disse, finalmente, que por ocasião da cassação do ex-Governador, foi encaminhado ir até Assis Chateaubriand para promover a defesa de ROBERTO REQUIAO, tendo a depoente se negado, sabendo que outras pessoas, que não nomeou, realizaria o trabalho.

02.7. ANTONIO CARLOS ARRAO, CEL. QOPM: Disse, em síntese, que corroborou os depoimentos basicamente os depoimentos prestados por seus colegas de SAE, acrescentando ter sido o responsável pela confecção de dois carimbos utilizados nos envelopes na condição de emitentes, ou seja, "J.L. VIEIRA" e "NEY CARABO DE MACHADO FILHO", em uma gráfica, em frente ao 3º Distrito Policial. Disse também ter acompanhado ARI se uma entrega de correspondência, no bairro do Jará, face o volume elevado a ser postado; que, com relação as diárias, disse que assinou várias delas sem receber qualquer importância em dinheiro, emprestando apenas seu nome, assim como para a emissão de passagens.

02.8. ROBERTO DA SILVA, Cap. QOPM: Comandante da Companhia de Polícia de Guarda. Em síntese disse que com relação aos fatos, recebeu um telefonema da Casa Militar, sem saber se certo ou não, foi do Ten Cel. Iranil ou do próprio Cel. Mantuil, solicitando o encaminhamento de soldados para serviços que não lhe foi especificado; disse que teve conhecimento que seus subordinados estavam realizando trabalhos de envolvimento de propaganda do então Governador ROBERTO REQUIAO à Presidência da República.

02.9. OCTAVIO LUIS BALANI: Policial Militar, Cla. PC. Em síntese, confirmou as palavras de seu comandante, acrescentando que os trabalhos que realizou foram numa ante-sala do Gabinete do Governador, na qual os trabalhos de envolvimento, selagem e etiquetagem eram realizados por vários outros colegas; que a correspondência falava "BEM DA INDOLE DO GOVERNADOR, DE QUE ERA ROBERTO", colocadas em envelopes brancos, tamanho ofício, com a inscrição do PMDB.

02.10. ANTONIO CARLOS ARRAO, CEL. QOPM: Disse, em síntese: que, sobre a vinda de Policiais Militares ao Palácio, sabendo o que fizessem, e que a determinação foi dada diretamente ao Ten. Vieira, em função da ausência momentânea do Maj. JUSTINO, Comandante da Cia. de Choque, pelo então Comandante Geral, Cel. Capriotti.

02.11. ILEA MARIA SPILKOWSKY MACHADO: Em síntese, disse que: reconhece como sendo de sua autoria os expedientes encaminhados ao Sr. CLAUDIO RIBEIRO, de nºs 08.092.106 e 144 do Anexo I, reconhecendo que encaminhou outros volumes, mas não pode precisar; que, reconhece como de autoria do Sr. ROBERTO REQUIAO a frase "CLAUDIO, KEROX PARA TODOS OS PREFEITOS DO PARANÁ", escrita as fls. 101 do Anexo I, que, todos os encaminhamentos documentais realizados pela depoente, foram partindo de determinações do Sr. reitor Geral da Casa Civil, MAURO ROCHA, e de PROPRIO GOVERNADOR

ROBERTO REQUIAO; que, de forma nenhuma, determinou a realização de serviços sem a autorização de seus superiores; que, as determinações de serviço constantes das supra referidas fls. 08.092.106 e 144, foram determinadas pelo Governador ROBERTO REQUIAO; que, assinou algumas diárias sem ter recebido o dinheiro, nem tampouco viajado, e que somente assim procedeu por determinação do Sr. MAURO ROCHA; que, tem conhecimento que todos os funcionários do gabinete assinavam diárias, por determinação do Sr. MAURO ROCHA, e que recebeu o dinheiro, que, a depoente acredita que o dinheiro das diárias era utilizado para a remessa de correspondência, face o volume acumulado das mesmas; que, a depoente acredita que quem teve a ideia de confeccionar os carimbos foi CLAUDIO RIBEIRO e CELIA MARON; que, com relação as passagens, igualmente, por determinação de CLAUDIO RIBEIRO, emprestou seu nome para que elas fossem emitidas, que delas se utilizou; que, tem conhecimento que o Dr. RENE DOTTI, assim como o presidente do Partido, NIVALDO KROGER utilizaram-se dessas passagens; que, os assessores especiais de governo, DOMITIO SANTOS, ACIR MENDONÇA e GERALDO POÇA também se utilizaram do esquema de passagens, e ainda de diárias; que, todas as ordens de serviço para a SAE e demais órgãos de administração foram determinações exclusivas do então governador ROBERTO REQUIAO; que, as emissões de diárias e passagens fizesse ocorrerem por determinação do Sr. MAURO ROCHA; que, os soldados foram requisitados por ideia de CELIA, a qual tomou as providências para que o trabalho se realizasse, sendo que o governador, posteriormente, no decorrer do trabalho, esteve no local e não tomou nenhuma atitude para modificar a situação; que, o Sr. governador estava várias vezes na sala, sabendo efetivamente de que se tratava que, por várias vezes, por determinação do Sr. governador cobrava o andamento dos trabalhos, dizendo: "SE O GOVERNADOR LHE COBRAR, ELA TAMBÉM QUE COBRAR DE ALGUÉM".

02.12. MAURO S.T. ROCHA: Ex - DIRETOR GERAL DA CASA CIVIL. Em síntese, disse que todos os atos por ele praticados, e foram exclusivamente regulares e que tivera todos um procedimento formal; que, a competência para emissão de diárias, selagem de funcionários e a percepção de diárias e seguro de Recurso do Estado; que, a respeito da remessa de correspondência disse que o único conhecimento que tinha acerca baseado nas requisições da SAE para a aquisição de envelopes e selos, que, disse, igualmente, desconhecer o conteúdo das correspondências encaminhadas pela SAE, pois elas (correspondências) eram tratadas entre a SAE e o governador; que, por poucas vezes foi solicitado pelo senhor governador, para saber sobre o andamento das correspondências políticas, de vez que as mesmas se encontravam atrasadas; conforme circular que emitia, dizendo: que, não tem conhecimento de correspondência emitida, cuja aquisição de envelopes e selos não tenha sido feita via superior; que, com referência as correspondências políticas, através de envelopes sem a tarja oficial, respondeu que obedecia estritamente as requisições oriundas da SAE e do Gabinete do Governador; que, desconhece a existência de diárias irregulares, assim como emissão de passagens de mesma forma, dizendo, todavia, que não vê óbice de que o governo do Estado emita passagens em nome de personalidades que aqui vêm; que, negou conhecer que o Estado tenha pago passagens para advogados irem defender o então governador em Brasília.

02.13. CLAUDIO RIBEIRO: Ex Sub Chefe da SAE. Ovidio, disse, em síntese, que: nunca recebeu dinheiro de diárias, selos ou emissões em seu nome para uso oficial, devidamente autorizadas; que o depoente declarou que há uma hierarquia e que acima dele havia o Diretor Geral da Casa Civil, o Chefe da Casa Civil, o Chefe de Gabinete do Governador e o Governador; que, para simplificar, respondendo qualquer participação, dizendo que somente praticou atos dentro de sua alçada.

Os depoimentos acima listados, em virtude de serem prestados pelos funcionários, os revenues de "Impressa Oficial", mesmo porque, alguns deles tiveram como influenciador a realização de atos ilícitos, ou mesmo deles participar, não se considera relevantes.

De que, a seguir, se relaciona, vem apenas corroborar os depoimentos tendentes a esclarecer os fatos, devendo, naturalmente, serem os mesmos devidamente identificados para que, na eventual instauração de Processo Administrativo Disciplinar, sejam eles reconhecidos, como necessário.

Os depoimentos desses pessoas apontadas, todos, para a comprovação das informações constantes da carta-denúncia, apresentando, em sua grande maioria, um sincronismo, ocorrendo divergências apenas em detalhes decorrentes de maior ou menor grau de envolvimento. Os depoimentos são analisados e os que a seguir se relaciona encontram-se arrolados no Anexo II, de protocolado nº 1.976.187-8, que seja.

- a) KATIA REINA BRUNING;
- b) ALAIDE DE FÁTIMA ANDRADE;
- c) VIVIANE DE CASTRO;
- d) ALVARO ROBERTO MALAGUINI;
- e) ADALBERTO SERRA DE SOUZA;
- f) CELSO MEY FERREIRA;
- g) CELSI VENTE ELIAS;
- h) ROSITA MARCIA JURENO;
- i) ROBERTO CELSO BARROS DOS SANTOS;
- j) JOSÉ NALIA;
- k) PAULO ROBERTO DE ANDRADE;
- l) JUSTINO HENRIQUE DE SAMPAYO FILHO;
- m) LENI GROSIO DE OLIVEIRA LACERDA;
- n) MARCIA ALEXANDRINO VIEIRA;
- o) SERGIO RIBEIRO;
- p) PEDRO DIAS;
- q) OSMAR BORGES DE SOUZA;
- r) ADALGISA FARIAS MATEUS DA ROCHA.



03. DOS DOCUMENTOS

Os documentos que compõem o Anexo III destes autos, foram arrolados pela Comissão de que, se conjunto com 10

os que instruem Ação Judicial em trâmite junto ao T.R.S., direcionam no sentido de que, realmente, as denúncias procedem.

O referido Anexo contém: a) Cópia de memorandos internos, encaminhados de Solicitação de Diárias/Passagens/Valeculas relativas a funcionários, em nome dos depoimentos prestados, negaram tais (as diárias) recebido ou mesmo viajado; b) fotocópia de dois cadernos de controle de passagens aéreas e terrestres, exibido por MARCIA DE CARVALHO RODRIGUES VIEIRA. Tais documentos registram a requisição de passagens, principalmente aéreas, em nome de servidores, os quais, posteriormente, tinham seus nomes substituídos pelos verdadeiros beneficiários que não possuíam vínculo com o Estado do Paraná. Informa a depoente que registrou tais anotações por precaução. Contém, também, os Relatórios mensais de utilização de servidores, no período de 15 de março de 1.991 a 31 de outubro de 1.994; c) movimento mensal da máquina transcritora de RCT, relativo aos anos de 1.991 a 1.994; d) fotocópias apresentadas por JOSÉ NALIA, e por ele rubricadas, demonstrando a movimentação efetiva, pela Casa Civil, por ocasião da cassação do então Governador ROBERTO REQUIAO; e) fotocópias de faturas de serviços prestados pela RCT, com valores expressivos, e, ainda, demonstrativo das contas telefônicas oficiais do Governo do Estado, de janeiro a junho de 1.994; f) documentação de situação funcional de CELIA MARIA MARON e de CLAUDIO RIBEIRO; g) listação de agenda oficial das viagens de Sr. Governador, no período de 03 de abril de 1.991 a 10 de março de 1.994; h) exemplares de envelopes apreendidos, assim como folhetos de propaganda, constantes Auto de Apreensão de Fls. constantes do Anexo II.

DO ANEXO IV

No desenvolver das diligências, observou-se que, além das manobras existentes a nível da SAE/CC, no que respeita a emissão de diárias e passagens irregulares, com o consequente aproveitamento de numerário, paga a aquisição de selos e envelopes descharacterizados, outros órgãos e pessoas, que tais tiveram participação efetiva, tanto pela emissão de selos, quanto por informar a autoridade competente, foram-se o presente Anexo, que contém os seguintes documentos:

- a) Fotocópias dos depoimentos de SAOUEL DOS SANTOS, ALVARO ROBERTO MALAGUINI, MARCIA JURENO RIBEIRO e ANAEL DA COSTA NELLO, os quais fazem referência à participação da IMPRENSA OFICIAL, da CELEPAR, do MAPETADO, SENS, SECRETARIA DA SAÚDE, SANIVAR e SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO;
- b) Faturas de contas telefônicas do Governo do Estado, no período de 25 de fevereiro a 25 de outubro de 1.994, as quais demonstram a existência de inúmeros telefonemas interurbanos, inclusive internacionais, numerados de um analista mais profunda. Saliente-se que tais faturas foram colhidas por secretariado, em poder do Sr. Celso Contardo, outras, de períodos anteriores, com as mesmas características;
- c) Cópia de bilhete numerário, emitido em 18/11/94;
- d) Relatório de utilização das manobras oficiais de período de 18/07/91 a 22/08/91.

04. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atas das diligências realizadas, bem como os documentos produzidos, foram arrolados no Anexo V, que se encontra anexado a este relatório, restando assim configurado:

KATIA REGINA BRUNING: Funcionária da Central de Adiantamentos. Empréstou seu nome para liberação de diárias irregulares/trabalho no envelopamento, etiquetas e selagens de correspondência extra-oficial, fls 014.

ADALGISA FARIAS MATEUS DA ROCHA: Chefe da Divisão de Apoio Técnico da SAE. Empréstou seu nome para liberação de diárias irregulares. Trabalhou no envelopamento, etiquetas e selagens de correspondência extra-oficial, fls 025.

ROSITA MARCIA JURENO: Funcionária da Sub Chefia da SAE. Empréstou seu nome para liberação de diárias irregulares. Trabalhou no envelopamento, etiquetas e selagens de correspondência extra-oficial, fls 046.

PEDRO DIAS: Funcionário da Central de Adiantamentos. Encarregado do pagamento de diárias (risa) e entrega do numerário obtido irregularmente a MARIA JURENA MEXIMO, e CLAUDIO RIBEIRO ou a MAURO ROCHA, sendo o elo de ligação entre HERMINIA e JURENA ou MAURO ROCHA. Conhecia a ilicitude dos fatos. Entregava as Guias de Solicitações de Diárias para MARIA JURENA MEXIMO, que as encaminhava para a assinatura dos "beneficiários", fls 016.

AMAURO DA COSTA NELLO: Chefe do Grupo Administrativo Setorial-GAS. Recebeu, aproximadamente, 12.000 (doze mil) selos de SIEU e os encaminhou ao Gabinete do Governador, fls 018.

OSMAR BORGES DE SOUZA: Funcionário do GAS/CC. Auxiliou no trabalho de envelopamento, etiquetas e selagens de correspondência extra-oficial, fls 021.

ADERBAL TADEU GOMES DA SILVA: Serviços Gerais da SAE. Auxiliou no trabalho de envelopamento, etiquetas, selagens e postagens de correspondência extra-oficial. Por determinação de CLAUDIO RIBEIRO e de MARIA JURENA MEXIMO, mandou confeccionar dois cartões com nomes de pessoas inexistentes, conforme documento de fls 018. Empréstou seu nome para liberação de diárias irregulares, fls 027.

ZACOWEL SANTOS: Auxiliar Administrativo SAE. Trabalhou no envelopamento, etiquetas e selagens de correspondência extra-oficial. Empréstou seu nome para liberação de diárias irregulares. Acompanhou ARI FERRARI CELLA, auxiliando-o na postagem da correspondência supra. Usando de sua chave, emitia, via CELEPAR, etiquetas adesivas para a correspondência questionada, a nível estadual, fls 032.

ALVARO NOGUEIRA MALAGUINI: ASI. Referido nos depoimentos de MARIA JURENA MEXIMO e ZACOWEL SANTOS, como auxiliar, por meio de sua chave e via CELEPAR, também, de etiquetas adesivas acima de 5.000 (cinco mil) unidades, fls 015.

ARI FERRARI CELLA: Trabalhou no envelopamento, etiquetas, selagens, e postagens, diretamente nos correios, da correspondência extra-oficial fazendo, para tanto, uso de veículo oficial, Opala placas AVY 4874. Também empréstou seu nome para liberação de diárias irregulares, fls 037.

ALAIDE DE FÁTIMA ANDRADE: Funcionária da SAE. Participou do trabalho de etiquetas e selagens de correspondência extra-oficial. Foi citada por MARIA JURENA MEXIMO como a pessoa que tinha em seu poder os documentos apreendidos pelo T.R.F. II nessa forma, empréstou seu nome para liberação de diárias irregulares, fls 040.

SANDRA MARQUES PRADO: Participou de etiquetas e selagens dos envelopes das mesmas correspondências já referidas, fls 041.

CELENI VENETE ELIAS: Funcionária da SAE. Participou de etiquetas e selagens dos envelopes das pré faladas correspondências, fls 048.

OCINAS LUIS MARANI, fls 052, RENATO CELSO BARROS DOS SANTOS, fls 054 e PAULO ROBERTO DE ANDRADE, fls 057: Policiais Militares da Cia. Independente da Polícia de Guarda. Estiveram no Palácio realizando trabalhos de envelopamento, etiquetas e selagens de correspondência extra-oficial, a mando de seu Comandante, Cap. ROBERTO DA SILVA, fls 055.

ROBERTO DA SILVA, fls 055, Cap. GOMPI: Comandante da Cia. Independente da Polícia de Guarda. Determinou o comparecimento de seus comandados, por determinação do Chefe da Casa Militar, Cel WARTULL BORGES.

JUSTINO HENRIQUE DE SAMPAYO FILHO, fls 058, Maj GOMPI: Comandante da Cia. de Polícia de Choque. Determinou o encaminhamento a Palácio, de Policiais de sua Cia., atendendo determinação do Sr. Comandante Geral, há época Cel CAPRIOTTI, transmitida diretamente ao Tm. Viçosa.

COMANDANTE DA CIA. de Polícia de Choque. Determinou o encaminhamento a Palácio, de Policiais de sua Cia., atendendo determinação do Sr. Comandante Geral, há época Cel CAPRIOTTI, transmitida diretamente ao Tm. Viçosa.

ANTONIO CARLOS AMARAL, fls 059, Cel GOMPI: Hoje Chefe do Estado Maior, a época Comandante do Policiamento de Capitais-CPC. Disse ter sido posteriormente dos trabalhos realizados no Palácio pelas componentes da Cia. de Choque, porém tem conhecimento de que a ordem foi dada pelo Comandante Geral de então, Cel CAPRIOTTI.

MARCOS ALEXANDRINO VIEIRA, fls 063, Tm. GOMPI: Integrante da Cia. de Choque. Foi receptor da ordem do Gabinete do Comandante Geral, para encaminhar os soldados ao Palácio.

SERGIO RIBEIRO, fls 064, Policial Militar: Integrante da Cia. de Choque. Confirma citada em Palácio, trabalhando no esquema das correspondências, por determinação de seu comando.

MARIA JURENA MEXIMO, fls 001: Secretária de CLAUDIO RIBEIRO na SAE. Elaborava solicitações de serviços, assinando-as. Coordenava a elaboração dos trabalhos de correspondências. Providenciava a assinatura dos funcionários em diárias irregulares. Empréstou seu nome para a liberação de diárias irregulares.

HERMINIA DO CARMO RODRIGUES VIEIRA, fls 010: Coordenadora da Central de Adiantamentos. Empréstou seu nome para a liberação de diárias irregulares. Manobrou a compra de passagens de força irregular. Participou do esquema de compra de selos e envelopes, via GAS.

ILMA MARIA SPIELMANN MACHADO, fls 049: Secretária do ex Governador. Responsável pelo encaminhamento e assinatura de vários documentos solicitando a efetivação de serviços de renovação de correspondência extra-oficial. Cedeu seu nome para a liberação de diárias irregulares. Foi co-responsável pela coordenação dos trabalhos relativos a correspondência extra-oficial.

MAURO ROCHA, fls 065 e CLAUDIO RIBEIRO, fls 066: há época, Diretor Geral da Casa Civil e Sub Chefe para Assuntos Especiais da Casa Civil. Ambos negas qualquer participação, alegando cumprir ordens hierarquicamente superiores. Alegam, enfim, que tinham uma alçada a obedecer.

Sintetizada a participação individual dos depoentes, à luz de seus próprios depoimentos, esta Comissão passa ao confronto dos depoimentos entre si e com os documentos arrecadados.

Em que pese a negativa do Sr. CLAUDIO RIBEIRO nos depoimentos de MARIA JURENA MEXIMO, HERMINIA DO CARMO RODRIGUES VIEIRA, PEDRO DIAS, ADALGISA FARIAS MATEUS DA ROCHA, ADEBAL TADEU GOMES DA SILVA, ZACOWEL SANTOS, ARI FERRARI CELLA, ALAIDE DE FÁTIMA ANDRADE, VIVIANE DE CASTRO, SANDRA MARQUES PRADO, ROSITA MARCIA JURENO, CELENI VENETE ELIAS e MAURO ROCHA, ser o comando e coordenação dos trabalhos de compra de envelopes e selos, assim como de envelopamento, etiquetas, selagens e postagens das correspondências extra-oficiais. Várias foram as referências que o apontam como o recomendador do numerário proveniente das diárias irregulares que era utilizado para cobrir as despesas da manobra ilícita.

Embora cometas diárias em seu nome, as viagens aéreas, com aeronaves do Estado, figura um anacronismo na relação as datas das diárias e o rol de passageiros das aeronaves isto é, nas datas da comanda das diárias, o Sr. CLAUDIO RIBEIRO não fez uso das aeronaves, conforme documento de fls. 130/292 (Anexo III).

MAURO S. T. ROCHA, há época Diretor Geral da Casa Civil, igualmente procurou explicar-se de qualquer acusação, todavia e apontado nos depoimentos de MARIA JURENA MEXIMO, HERMINIA DO CARMO RODRIGUES VIEIRA, KATIA REGINA BRUNING, PEDRO DIAS, AMAURI DA COSTA NELLO, CELSO NEI FERREIRA, ADALGISA

14
FARIAS MATEUS DA ROCHA, ALVARO NOGUEIRA MALAGUINI, ILMA MARIA SPIELMANN MACHADO e CLAUDIO RIBEIRO, como sendo a pessoa que determinava a emissão de diárias frias, o envelopamento de correspondência extra-oficial e manipulação de diárias através, entre outras, de Agência Opção, de seu amigo Celso determinava escrita e verbalmente a aquisição de selos e envelopes: CONSTAN DO ANEXO III, várias requisições por ele assinadas.

CAITO QUINTANA, DEPUTADO ESTADUAL - então Chefe da Casa Civil. Foi mencionado nas descrições dos Srs. MAURO ROCHA e CLAUDIO RIBEIRO, os quais, à guisa de exímios-se de suas responsabilidades, deixaram claro a existência de um hierarquia e um alçada que lhes permitia exercer ou mandar executar determinadas atos, imbuídos de raciocínio de que alguns atos, praticados, somente poderiam ter sido por ele (Chefe da Casa Civil), ou em seu conhecimento e/ou autorização.

WARTULL BORGES - Chefe da Casa Militar. Referido no depoimento do Cap. ROBERTO DA SILVA, como uma pessoa que determinou o envio ao Palácio de policiais militares para executar trabalhos referentes a correspondência tantas vezes mencionada, fls. 053. Igualmente citado no depoimento do Tm. Marcos Alexandrino Vieira, o qual se referiu a ter recebido determinação da "CIA MILITAR", fls. 052. Citado, mais ainda, no depoimento do policial militar PAULO ROBERTO DE AMORADE, o qual disse ter visto o Sr. Chefe da Casa Militar, acompanhando os trabalhos de envelopamento, realizado no início do corrente ano, na ante-sala do Governador.

ROBERTO REQUILÃO DE NELLO E SILVA - Então Governador do Estado. Citado no depoimento de Sra. ILMA MARIA SPIELMANN MACHADO, como sendo o responsável pelas determinações, entre outras constantes as fls. 068, 092, 106 e 148, do Anexo I e que todas entrado várias vezes na sala, onde se realizava o envelopamento de correspondências extra-oficial, sem tomar qualquer atitude para cobrir a manobra, que se realizava na ante-sala do Gabinete do Governador. Reconheceu, ILMA MARIA, a caligrafia do bilhete "CLAUDIO, HENRIQUE PARA TODOS PREFEITOS DE VIÇOSA", fls. 101, do Anexo I. Disse, ainda a respeito que o Governador lhe colocava pessoalmente o andamento dos trabalhos de envelopamento, etiquetas, selagens e postagens de correspondências. SERGIO RIBEIRO, policial militar, observou o filho do governador acompanhando os trabalhos com correspondência, no mesmo local (ante - sala do governador).

Foram expedidos ofícios a empresas de Turismo, solicitando a documentação referente as regularizações e formas de pagamento de passagens aéreas, dados como irregulares, envolvendo pessoas da família do governador, assim como advogados que atendiam suas causas particulares. Todavia, face o lapso decorrido entre a emissão e a solicitação dos documentos, até o presente momento, não foi possível a juntada da mencionada documentação.

Constatas do Anexo III, várias guias de solicitações de diárias, exibidas por HERMINIA DO CARMO

15
RODRIGUES VIEIRA, as quais segundo suas informações, foram emitidas de maneira irregular.

3. EVIDÊNCIAS "EXTRA PÉTTA"

A) Resulta-se que não foi possível promover aprofundados estudos de virtude da exigência do tempo, mas que, participaram do esquema de renovação de correspondência os seguintes órgãos: IMPRENSA OFICIAL, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, SECRETARIA DA SAÚDE, MANEJAMENTO SANITÁRIO, SEAD, Pm. Denúncias anônimas, recebidas por esta Comissão, na pessoa de seu Presidente, acrescenta-se a lista supra o DETRAN e o FORTO DE PARAGUARI, dentre nos quais existiram graves irregularidades administrativas referentes a desvio de verbas com fins eleitorais;

B) Envolvimento pessoal dos seguintes assessores do Gabinete do Governador: DOATICO SANTOS, ACIR NEZADRI, ELIRIANE LAMETTI, CECILIAL POCA, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e JOSÉ ANTONIO FOMBECA, no envio de correspondência e aquisição de passagens;

C) Uso abusivo de ramais telefônicos para comunicações intermunicipais e internacionais. Reassessando-se, entretanto, que o custo de alguns telefones deixou violado uma ampla cobertura, via telefônica, das convenções do PDB;

D) Ampla utilização de veículos e quadros de pessoal, na expedição de correspondência extra-oficial;

E) Grande volume de despesas postais nos primeiros meses de 1.994;

F) Evidente diminuição dos serviços relativos a diárias, passagens e correspondências após abril de 1.994, fato cabalmente comprovado e evidenciado;

G) Uso abusivo das aeronaves do Estado, inclusive por pessoas estranhas ao quadro funcional.

04. OBSERVAÇÕES PERTINENTES

CÉLIA MARIA BARON WATTEY, embora notificada, via Secretaria da Cultura, não compareceu para depor, tampouco justificou sua ausência, estando, atualmente, na presença de falta em seu órgão de origem, conforme informação de fls. 438.

Pelo o volume extenuado dos trabalhos que seria realizados, o Presidente da presente Comissão, no uso de suas prerrogativas, requisitou as servidoras, Dra. CRISTINA MARIA BANDEIRA e Sra. SULMAR BUNO ACOSTA, sendo nomeada esta última, como secretária "ad hoc", para funcionar nos presentes autos.

07. CONCLUSÃO

De acordo com a Lei n.º 8.174/79, o Estatuto dos Funcionários Civis do Paraná, mais precisamente em seu art. 312, passa a responder aos quesitos aii formulados, indicando que:

I - Efectivamente, os fatos denunciados são irregulares;

II - Vários dispositivos legais foram violados exemplo dos contidos no art. 705, do diploma legal supra referido.

Todavia, existem evidências de participação nessas atividades, de pessoas não ligadas ao serviço público que, "Ipso Facto" não estão subordinadas aos dispositivos de lei 8174/79, ficando desta forma suas transgressões afetas ao Código Civil e Penal, respectivamente.

Posto isto, ainda, dando cumprimento ao artigo 112, podemos afirmar que, a presunção de autoria está evidenciada de três formas:

a) No concernente a emissão de correspondência, existem as figuras de: ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, NAURO ROCHA, CLAUDIO RIBEIRO, WARTUIL BORGES, JOSÉ ANTONIO FONSECA, DOATICO SANTOS, ELIRIAN ZANETTI, JOSÉ SCARPELLINI, CELIA BARON, ILMA MARIA SPIELMANN MACHADO e ACIR REZZAGRI.

b) No concernente a diárias e passagens: NAURO ROCHA, CLAUDIO RIBEIRO, CAITO QUINTANA, JOSÉ ANTONIO FONSECA, DOATICO SANTOS, ELIRIAN ZANETTI, JOSÉ SCARPELLINI, CELIA BARON, ACIR REZZAGRI, GERNAL POCA e ILMA MARIA S. MACHADO.

c) A Comissão não conseguiu encontrar, dentre das atividades denunciadas como ilícitas, qualquer outro beneficiado que não o Sr. ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA, de vez que seria a única figura dentro da organização do Estado a determinar ordens de serviços, sem que pudesse sua execução ser obstada por qualquer outra pessoa.

O único beneficiado, com os frutos advindos das ações irregulares, desenvolvidas pela Casa Civil, foi o então

governador, Sr. ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA.

Posto isto, indica-se o caminho da instrução do Processo Administrativo, contra os envolvidos que sejam efetivamente funcionários públicos, e, o envio de cópias autênticas dos presentes autos ao Ministério Público, e, a fim de que as responsabilidades Cíveis e Criminais dos envolvidos, não funcionários, sejam apuradas.

É O RELATÓRIO.

Curitiba, 11 de novembro de 1994

JOSÉ ROCHA
Presidente
ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA
Membro
GUSTAVO SOARES
Membro

"CORRESPONDÊNCIA OFICIAL E OUTROS DOCUMENTOS ARROLADOS PELA COMISSÃO"

Neles, estão relatadas todas as ações consideradas irregulares

Vários documentos mostram o tráfico de influência e o abuso do poder em atividades ordenadas pelo ex-governador Roberto Requião de Mello e Silva. Estão incluídas desde instruções para propaganda pessoal até determinações de compra de passagens aéreas, não utilizadas pelos destinatários, na maioria dos casos. Abaixo, a relação dos documentos.

ESTADO DO PARANÁ
CASA CIVIL
CASA DE ALMOÇO GOV. PARANÁ

DATA: 07/93

ASS: "CORREÇÃO DE VALORES"

END: POR: GO/ VIA DIRETORIA GERAL

END POR: Jaramá em 02/08/93 - 10:30 horas

END: PARA: PREFEITOS DO PR, PRESIDENTES DE CÂMARAS DO PR,

DEPUTADOS FEDERAIS PR, DEPUTADOS ESTADUAIS PR.

TOTAL: 837

Despesa (30 paginas), desenvolvida, estipulada, selado

enviado pela airmail, em 12/8/93 - às 17:00 horas

por AEL

Cuba 12/9/93

MARIA JERUSA NETIZO
Assessora de A.E.L.



ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 11.01.93

PARA: CLAUDIO RIBEIRO

DE: SUCA/Selenge

Por determinação do Sr. Governador, solicitamos enviar Relatório de Suca para todos os novos beneficiados.

Cordialmente,

Selenge Quintanilha
Coordenadora de Televisão

completo

Recbi em
11/01/93

16:00 horas

CONFERE COM O ORIGINAL



ESTADO DO PARANÁ

Telegrama aos Srs.

- PREFEITOS do Paraná
- PRESIDENTES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS do Paraná
- PRESIDENTES DOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DO PR do Paraná

Neste Sr. Governador Roberto Requião, comunico que recepo delegações interior estado e lideranças nacionais dar-se-á em frente Palácio Iguaçu, 17 horas de dia 18 setembro. Agradecemos presença, contando com sua ajuda.

Edmar Requião de Mello e Silva
Secretário Especial Governo

Fone para confirmação: (041) 251-8777 e 251-3409

Assessor: Edmar Requião de Mello e Silva
Secretário Especial Governo

Endereço: Palácio Iguaçu - Centro Cívico
Fone para dúvida: 251-7774

1 - Por via de hoje (12/01/93) - 11/01/93

11.01.93 - Curitiba - Suca

7.01.93/11.01.93
- CONFIRMAÇÃO DE RECEBIMENTO
- RESENDA DO PR - 11.01.93

Era isso que o PC faria?

Quando o computador chegou ao Brasil, em 1964, ele foi recebido com entusiasmo. Mas, na prática, ele não fez nada de mais. Ele apenas substituiu o papel pelo papel. Ele não mudou nada. Ele apenas mudou o lugar onde o papel estava. Ele não mudou o conteúdo. Ele apenas mudou o formato. Ele não mudou o processo. Ele apenas mudou o meio. Ele não mudou o fim. Ele apenas mudou o caminho. Ele não mudou o destino. Ele apenas mudou o veículo. Ele não mudou o conteúdo. Ele apenas mudou o formato. Ele não mudou o processo. Ele apenas mudou o meio. Ele não mudou o fim. Ele apenas mudou o caminho. Ele não mudou o destino. Ele apenas mudou o veículo.

WIRIAS - Comissão de Estudo

Assunto: **PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE TELEGRAMAS FONADOS**

Objetivo: **Estudar a possibilidade de criação de um sistema de telegramas fonados, visando a melhoria da comunicação entre os órgãos do Poder Executivo e o Poder Judiciário.**

Relatório de Trabalho

1. OBJETIVO

2. FUNDAMENTAÇÃO

3. METODOLOGIA

4. RESULTADOS

5. CONCLUSÃO

6. RECOMENDAÇÕES

ASA CIVIL DA GOVERNADORIA

MEMORANDO Nº: AT 0694/92

DATA: 10.09.92

Chefe de Assessoria Técnica de Casa Civil

PARA: Diretor-Geral de Casa Civil

ASSUNTO: Telegramas Fonados - Pr-S-Imposicion - 15.09.92

Senhor Diretor-Geral:

Levo ao conhecimento de V.Sa. a necessidade absoluta de expedição de telegramas fonados, modalidade que temo procurar evitar ao face de um alto custo. Trata-se, conforme determinação, de comitiva complementar, assinada pelo Excmo. Sr. Secretário Especial de Governo, para os Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais e Presidentes dos Diretores de M.D.M., sobre o evento acima supracitado, marcado para 15.09.92.

Se for recebido a determinação de V.Sa., quando de reunião no Gab. do Sr. Secretário, tomei as providências de praxe, conforme exposto abaixo:

1. Elaborado o texto, visando por V.Sa., informei não ser possível a expedição de telegrama fonado pelos meios usuais utilizados por esta AS (telegrama, isto é, telex, via aparelho de telex) porque os 2 aparelhos estavam continuamente ocupados com a transmissão da primeira mensagem, assinada pelo Sr. Chefe de Casa Civil. Informei que só seria possível como telegrama fonado, entregando-se o texto e a lista dos destinatários ao Correo, que seria necessário indicar um telefone direto para debitar os telegramas, no que V.Sa. me indicou o telefone direto da Diretoria-Geral (213-7774).

Na tarde de ontem, 9.9, conseguimos entregar no Correo a lista dos Prefeitos, entregando pela SAS, tendo ficado para hoje a lista dos Pres. de Câmaras e dos D.D.M.

Mais ainda, entregamos as 2 listas restantes no Correo e indagamos qual seria o custo (na verdade, sabemos que o telegrama fonado, ultimamente, tem sido mais caro do que o telex, mas não sabemos o quanto). Fomos informados de que a taxa seria de 3 vezes o custo de um telex (taxa de 40 a 60 ps por letra), totalizando, os 909 telegramas, Crs 34.337.400,00.

Se fosse pelo sistema de telex (caso tivéssemos possibilidade de transmissão dessa forma, com mais aparelhos e operadores), tal custo possivelmente não seria tão alto, mas não sabemos o quanto. No entanto, o custo seria de 3 vezes o custo de um telex, conforme os contactos telefônicos que tivemos com o Serviço de Telex, do Correo (Sr. Edson Urban).

Mais a hipótese de emitirmos a mensagem como telegrama comum. Para tanto, teríamos de adotar as seguintes providências: datilografar o texto, marcar o telex, etiquetar um a um e entregá-lo no balcão do Correo, mediante pagamento de taxa. Toda a urgência de emissão de telegrama, tal operação seria por demais trabalhosa, e não sabemos o quanto custaria. Outro detalhe: não sabemos se a taxa seria de 3 vezes o custo de um telex, ou se seria de 2 vezes.

ASA CIVIL DA GOVERNADORIA

MEMORANDO Nº: AT 0694/92

DATA: 10.09.92

Chefe de Assessoria Técnica de Casa Civil

PARA: Diretor-Geral de Casa Civil

ASSUNTO: Telegramas Fonados - Pr-S-Imposicion - 15.09.92

Era isso que o PC faria?

COMPROVAÇÃO ORIGINAL

ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

MEMORANDO Nº: 028/93

ASSUNTO: ALVARÃO PERQUISAS DE MERCADO E OPINIÃO PÚBLICA

REQUISIÇÃO DE GOVERNO

EMISSÃO POR: Juliano - SECE

RECEBIMENTO POR: Claudio Ribeiro em, 23/6/93 - às 11:00 horas

DE PARA: Vereadores, Presidentes de Câmaras, Presidentes do PMDB, vereadores de Paraná.

TOTAL: 4.833

Via correio, envelopado (envelope descaracterizado), etiquetado, selado.

Entregue no correio em, 30/06/93 às 17:00 hrs por Ari

ASA CIVIL DA GOVERNADORIA

MEMORANDO Nº: AT 0694/92

DATA: 10.09.92

Chefe de Assessoria Técnica de Casa Civil

PARA: Diretor-Geral de Casa Civil

ASSUNTO: Telegramas Fonados - Pr-S-Imposicion - 15.09.92

Senhor Diretor-Geral:

Levo ao conhecimento de V.Sa. a necessidade absoluta de expedição de telegramas fonados, modalidade que temo procurar evitar ao face de um alto custo. Trata-se, conforme determinação, de comitiva complementar, assinada pelo Excmo. Sr. Secretário Especial de Governo, para os Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais e Presidentes dos Diretores de M.D.M., sobre o evento acima supracitado, marcado para 15.09.92.

Se for recebido a determinação de V.Sa., quando de reunião no Gab. do Sr. Secretário, tomei as providências de praxe, conforme exposto abaixo:

1. Elaborado o texto, visando por V.Sa., informei não ser possível a expedição de telegrama fonado pelos meios usuais utilizados por esta AS (telegrama, isto é, telex, via aparelho de telex) porque os 2 aparelhos estavam continuamente ocupados com a transmissão da primeira mensagem, assinada pelo Sr. Chefe de Casa Civil. Informei que só seria possível como telegrama fonado, entregando-se o texto e a lista dos destinatários ao Correo, que seria necessário indicar um telefone direto para debitar os telegramas, no que V.Sa. me indicou o telefone direto da Diretoria-Geral (213-7774).

Na tarde de ontem, 9.9, conseguimos entregar no Correo a lista dos Prefeitos, entregando pela SAS, tendo ficado para hoje a lista dos Pres. de Câmaras e dos D.D.M.

Mais ainda, entregamos as 2 listas restantes no Correo e indagamos qual seria o custo (na verdade, sabemos que o telegrama fonado, ultimamente, tem sido mais caro do que o telex, mas não sabemos o quanto). Fomos informados de que a taxa seria de 3 vezes o custo de um telex (taxa de 40 a 60 ps por letra), totalizando, os 909 telegramas, Crs 34.337.400,00.

Se fosse pelo sistema de telex (caso tivéssemos possibilidade de transmissão dessa forma, com mais aparelhos e operadores), tal custo possivelmente não seria tão alto, mas não sabemos o quanto. No entanto, o custo seria de 3 vezes o custo de um telex, conforme os contactos telefônicos que tivemos com o Serviço de Telex, do Correo (Sr. Edson Urban).

Mais a hipótese de emitirmos a mensagem como telegrama comum. Para tanto, teríamos de adotar as seguintes providências: datilografar o texto, marcar o telex, etiquetar um a um e entregá-lo no balcão do Correo, mediante pagamento de taxa. Toda a urgência de emissão de telegrama, tal operação seria por demais trabalhosa, e não sabemos o quanto custaria. Outro detalhe: não sabemos se a taxa seria de 3 vezes o custo de um telex, ou se seria de 2 vezes.

AGÊNCIA: TRIPOLI - 222.46.41

PASSEIRO: RICARDO GOMES

CIDADE: EMBALA - 13/07 - 16:10

OBSERVAÇÕES:

AGÊNCIA: OPAO

PASSEIRO: RUI GOMES

CIDADE: GBO PABLO

OBSERVAÇÕES:

ASA CIVIL DA GOVERNADORIA

MEMORANDO Nº: AT 0694/92

DATA: 10.09.92

Chefe de Assessoria Técnica de Casa Civil

PARA: Diretor-Geral de Casa Civil

ASSUNTO: Telegramas Fonados - Pr-S-Imposicion - 15.09.92

Senhor Diretor-Geral:

Levo ao conhecimento de V.Sa. a necessidade absoluta de expedição de telegramas fonados, modalidade que temo procurar evitar ao face de um alto custo. Trata-se, conforme determinação, de comitiva complementar, assinada pelo Excmo. Sr. Secretário Especial de Governo, para os Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais e Presidentes dos Diretores de M.D.M., sobre o evento acima supracitado, marcado para 15.09.92.

Se for recebido a determinação de V.Sa., quando de reunião no Gab. do Sr. Secretário, tomei as providências de praxe, conforme exposto abaixo:

1. Elaborado o texto, visando por V.Sa., informei não ser possível a expedição de telegrama fonado pelos meios usuais utilizados por esta AS (telegrama, isto é, telex, via aparelho de telex) porque os 2 aparelhos estavam continuamente ocupados com a transmissão da primeira mensagem, assinada pelo Sr. Chefe de Casa Civil. Informei que só seria possível como telegrama fonado, entregando-se o texto e a lista dos destinatários ao Correo, que seria necessário indicar um telefone direto para debitar os telegramas, no que V.Sa. me indicou o telefone direto da Diretoria-Geral (213-7774).

Na tarde de ontem, 9.9, conseguimos entregar no Correo a lista dos Prefeitos, entregando pela SAS, tendo ficado para hoje a lista dos Pres. de Câmaras e dos D.D.M.

Mais ainda, entregamos as 2 listas restantes no Correo e indagamos qual seria o custo (na verdade, sabemos que o telegrama fonado, ultimamente, tem sido mais caro do que o telex, mas não sabemos o quanto). Fomos informados de que a taxa seria de 3 vezes o custo de um telex (taxa de 40 a 60 ps por letra), totalizando, os 909 telegramas, Crs 34.337.400,00.

Se fosse pelo sistema de telex (caso tivéssemos possibilidade de transmissão dessa forma, com mais aparelhos e operadores), tal custo possivelmente não seria tão alto, mas não sabemos o quanto. No entanto, o custo seria de 3 vezes o custo de um telex, conforme os contactos telefônicos que tivemos com o Serviço de Telex, do Correo (Sr. Edson Urban).

Mais a hipótese de emitirmos a mensagem como telegrama comum. Para tanto, teríamos de adotar as seguintes providências: datilografar o texto, marcar o telex, etiquetar um a um e entregá-lo no balcão do Correo, mediante pagamento de taxa. Toda a urgência de emissão de telegrama, tal operação seria por demais trabalhosa, e não sabemos o quanto custaria. Outro detalhe: não sabemos se a taxa seria de 3 vezes o custo de um telex, ou se seria de 2 vezes.